

Série de perguntas e respostas “A DEFENSORIA PÚBLICA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS”, conduzida pelo defensor público do Distrito Federal, Danniell Vargas.

## CINCO COISAS QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A DEFENSORIA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS

*Coautoria de Evenin Ávila, defensor público e diretor da Escola de Assistência Jurídica (Easjur)*

A Defensoria Pública tem a missão de promover, proteger e defender, de forma integral e gratuita, os direitos humanos das pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

O desafio diário da Defensoria é o de criar uma rede de soluções para os problemas das pessoas que sofrem com as desigualdades econômicas e sociais e que necessitam da proteção do Poder Público para viverem dignamente e realizarem seu projeto pessoal de felicidade.

Agora, falaremos cinco coisas que você precisa saber sobre a relação entre a Defensoria Pública e Educação em Direitos.

### 1. A Educação de direitos é uma das missões da Defensoria Pública.

No Brasil, o índice de analfabetismo e a carência de informações são altíssimos, submetendo pessoas desfavorecidas a elevado grau de alijamento intelectual, motivo pelo qual a atuação da Defensoria Pública, com a

implementação de políticas públicas em educação em direitos humanos é um dever-poder.

Tantos costumes e hábitos enraizados na sociedade motivam fatos e comportamentos que não guardam compatibilidade alguma com a lei, acarretando processos que inundam o Poder Judiciário sem qualquer efetividade. Não se combate esse ciclo com nenhuma outra arma que não seja educação.

## **2. A Defensoria promove diversos cursos de Educação em Direitos para públicos variados.**

A Defensoria Pública, por meio de sua Escola de Assistência Jurídica (Easjur), pode colaborar no enfrentamento desses desafios.

Com a missão de desenvolver pessoas através da produção e disseminação de conhecimento, a Easjur promove, no Distrito Federal, atividades gratuitas de educação em direitos juntos aos jovens, às famílias, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, aos gestores, professores e funcionários da comunidade escolar, às pessoas surdas, aos intérpretes de Libras, aos conselheiros tutelares, além de outros setores organizados da comunidade, visando criar protagonistas sociais.

Tal conjunto de atividades denomina-se “Eixo Comunidade”, por meio do qual a Easjur busca implementar a cultura da informação qualificada para a transformação da sociedade. Para possibilitar a realização das atividades, a Escola mantém cooperações técnicas com instituições de ensino, órgãos

públicos e privados e entidades cuja atuação tenha afinidade com a responsabilidade social e com a missão institucional da DPDF.

### **3. Conheça seis dos importantes projetos em Educação em Direitos da Defensoria Pública do DF.**

As ações mais comuns nessa atuação de incentivar e promover atividades em busca da garantia do acesso à justiça e inclusão social, informando e conscientizando a população carente sobre os seus direitos e deveres são:

Projeto Conhecer Direito: há nove anos socializando conhecimento jurídico básico a estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal;

Projeto Conhecer Direito Acessível: socialização de conhecimento em direitos e deveres a pessoas surdas;

Programa Cidadania Bilíngue: capacitação jurídica de intérpretes de Libras como instrumento de cidadania multiplicativa;

Projeto Direito para a Liberdade: renovação fraterna do sistema socioeducativo por meio da educação em direitos, da conscientização e da promoção da dignidade humana;

Programa Comunicação Restaurativa: capacitação básica em comunicação não-violenta aos gestores, pais, alunos, professores, orientadores e funcionários da comunidade escolar; e

Programa de Atendimento Integrado: canal direto da DPDF com a rede de conselheiros tutelares, visando uma melhor atuação em conflitos comunitários que envolvam a família, crianças e adolescentes.

#### **4. A Educação em Direitos é um instrumento de multiplicação da cidadania.**

O trabalho da DPDF faz diferença na vida das pessoas quando percebemos que a educação em direitos é o que mais se compagina com a verdadeira consolidação da cidadania e a busca pela transformação social, já que não se pode falar em tais objetivos diante da alienação que vem por todos os lados.

A Easjur contribui para que os protagonistas do Estado, isto é, o povo, possa compreender os direitos que tem, os respectivos meios de sua efetivação, o significado social de suas limitações, as relações de poder vigentes, além de cultivar o respeito e a manutenção dos ideais democráticos. Justamente a educação em direitos consubstancia uma das principais funções institucionais da Defensoria Pública.

Assim, a Defensoria, por meio de sua Escola, busca conscientizar as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica que o combate à desigualdade é uma questão de educação emancipadora.

Essa educação – que jamais deve ser entendida como a mera informação sobre direitos – acontece quando a Defensoria Pública apresenta-se à população para auxiliá-la na conscientização cidadã acessível, ampliada e crítica.